O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, LETRAMENTO E FORMAÇÃO DO LEITOR

CRISTINA AKEMI UETA NAKAGAMA

Graduação em Pedagogia pela ULBRA - Universidade Luterana do Brasil (2010); Professora de Ensino Fundamental na EMEF ERNESTINO LOPES DA SILVA PROF.



RESUMO

O ensino da Língua Portuguesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental desempenha papel essencial na formação integral dos estudantes, constituindo-se como base para o desenvolvimento das competências de leitura, escrita, oralidade e análise linguística. Muito além da alfabetização, essa etapa representa o momento em que as crianças ampliam sua participação nas práticas sociais de linguagem, desenvolvem capacidades comunicativas e constroem conhecimentos indispensáveis para sua atuação crítica e autônoma na sociedade. O presente artigo tem como objetivo discutir a importância do ensino da Língua Portuguesa nos anos iniciais, enfatizando os processos de alfabetização e letramento, a formação do leitor, o desenvolvimento da produção escrita, da oralidade e das práticas pedagógicas que favorecem aprendizagens significativas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em documentos oficiais da educação brasileira e em autores que discutem alfabetização, letramento, aquisição da linguagem, literatura e práticas de ensino, entre eles Magda Soares, Emilia Ferreiro, Ana Teberosky, Paulo Freire, Lev Vygotsky, Jean Piaget, Isabel Solé, Delia Lerner, Luiz Antônio Marcuschi, Irandé Antunes e Rildo Cosson. Também são analisadas as contribuições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a organização do ensino da Língua Portuguesa. A pesquisa evidencia que práticas pedagógicas fundamentadas na interação, na leitura de diferentes gêneros textuais, na produção significativa de textos, na oralidade e na mediação qualificada do professor contribuem para o desenvolvimento das competências linguísticas e para a formação de leitores críticos, escritores competentes e cidadãos capazes de participar de maneira ativa das diversas práticas sociais de linguagem. Conclui-se que a qualidade do ensino da Língua Portuguesa nos anos iniciais influencia diretamente todo o percurso escolar do estudante, tornando indispensáveis investimentos na formação docente, na diversificação das metodologias de ensino e na construção de ambientes alfabetizadores que favoreçam o desenvolvimento pleno das crianças.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Portuguesa; Alfabetização; Letramento; Formação leitora; Anos iniciais.

INTRODUÇÃO

O ensino da Língua Portuguesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental constitui uma das mais importantes responsabilidades da escola, uma vez que é nesse período que as crianças desenvolvem competências fundamentais relacionadas à leitura, à escrita, à oralidade e à compreensão dos diferentes usos sociais da linguagem. Essas aprendizagens ultrapassam a aquisição do sistema de escrita alfabética, pois envolvem a construção de conhecimentos que permitirão aos estudantes interpretar informações, comunicar ideias, participar de diferentes contextos sociais e exercer plenamente sua cidadania.

Durante muitos anos, o ensino da Língua Portuguesa esteve centrado na memorização de regras gramaticais, na repetição de exercícios mecânicos e na reprodução de conteúdos descontextualizados. Essa perspectiva reduzia a aprendizagem da língua ao domínio de normas e classificações, desconsiderando que a linguagem constitui prática social, instrumento de interação e elemento fundamental para a construção do conhecimento. As transformações ocorridas nas pesquisas linguísticas, psicológicas e pedagógicas modificaram significativamente essa compreensão, promovendo uma abordagem que valoriza o uso efetivo da língua em situações reais de comunicação. Nesse contexto, destacam-se as contribuições de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, cujos estudos sobre a Psicogênese da Língua Escrita revolucionaram a compreensão do processo de alfabetização ao demonstrarem que a criança constrói hipóteses acerca do funcionamento da escrita antes mesmo de dominar convencionalmente o código alfabético. Paralelamente, Magda Soares ampliou essa discussão ao diferenciar alfabetização e letramento, defendendo que aprender a ler e escrever implica também participar das práticas sociais mediadas pela linguagem escrita.

A perspectiva sociocultural proposta por Lev Vygotsky contribui igualmente para compreender o ensino da Língua Portuguesa como processo de interação. Para o autor, a aprendizagem ocorre nas relações estabelecidas entre os indivíduos, sendo a linguagem o principal instrumento de mediação do desenvolvimento humano. Assim, as atividades de leitura, produção textual, oralidade e interpretação devem favorecer a interação entre professor, estudantes e diferentes textos, promovendo aprendizagens significativas e colaborativas.

No cenário educacional brasileiro, a Base Nacional Comum Curricular consolidou essa concepção ao estabelecer competências específicas para o ensino da Língua Portuguesa fundamentadas nas práticas de linguagem. O documento organiza o componente curricular em quatro eixos integrados — leitura, produção de textos, oralidade e análise linguística/semiótica — reconhecendo que essas dimensões não devem ser trabalhadas isoladamente, mas de forma articulada e contextualizada.

A leitura, compreendida como prática social, ocupa posição de destaque nesse processo. Formar leitores não significa apenas ensinar técnicas de decodificação, mas possibilitar que os estudantes desenvolvam competências para compreender, interpretar, analisar criticamente e produzir sentidos a partir dos diferentes gêneros textuais que circulam na sociedade. Da mesma forma, a escrita deve ser compreendida como prática comunicativa que permite registrar conhecimentos, expressar ideias, produzir argumentos e participar das diferentes situações sociais.

Outro aspecto relevante refere-se ao desenvolvimento da oralidade. Frequentemente associada apenas às conversas cotidianas, a oralidade constitui importante objeto de ensino, envolvendo capacidades de argumentação, escuta, exposição de ideias, participação em debates, apresentações orais e diferentes situações comunicativas que exigem planejamento e adequação linguística. A escola desempenha papel decisivo na ampliação dessas competências, preparando os estudantes para atuarem de forma crítica e participativa em diferentes contextos sociais.

Além disso, as transformações tecnológicas vivenciadas nas últimas décadas ampliaram significativamente os desafios relacionados ao ensino da Língua Portuguesa. O avanço das tecnologias digitais, das redes sociais e das múltiplas formas de comunicação exige que a escola desenvolva novas competências relacionadas aos multiletramentos, à leitura crítica das informações, à produção de textos em ambientes digitais e ao uso ético das tecnologias. Nesse cenário, torna-se indispensável que o ensino da língua acompanhe as mudanças sociais, culturais e tecnológicas, formando sujeitos capazes de utilizar diferentes linguagens para compreender e transformar a realidade.

Diante dessas considerações, este artigo propõe uma reflexão acerca dos fundamentos teóricos e metodológicos que orientam o ensino da Língua Portuguesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental, discutindo os processos de alfabetização e letramento, a formação do leitor, a produção escrita, a oralidade, os gêneros textuais, as metodologias de ensino, a avaliação da aprendizagem e os desafios contemporâneos enfrentados pelos professores. Busca-se evidenciar que o ensino da Língua Portuguesa constitui elemento estruturante da educação básica, sendo determinante para o desenvolvimento das demais áreas do conhecimento e para a formação integral do estudante.

O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NOS ANOS INICIAIS: ASPECTOS HISTÓRICOS, LEGAIS E PEDAGÓGICOS

O ensino da Língua Portuguesa no Brasil passou por profundas transformações ao longo da história, acompanhando mudanças sociais, culturais, políticas e educacionais. Durante grande parte do século XX, predominou uma concepção tradicional de ensino, centrada na transmissão de conteúdos gramaticais, na memorização de regras e na realização de exercícios repetitivos voltados à classificação morfológica e sintática. A aprendizagem da língua era compreendida, predominantemente, como domínio da norma culta, desconsiderando os diferentes contextos comunicativos e as práticas sociais de linguagem vivenciadas pelos estudantes.

Essa perspectiva começou a ser questionada a partir do desenvolvimento dos estudos linguísticos, psicolinguísticos e sociolinguísticos, que passaram a compreender a linguagem como fenômeno social, histórico e cultural. A língua deixou de ser entendida apenas como um conjunto de regras normativas e passou a ser concebida como instrumento de interação humana, produção de sentidos e participação social. Essa mudança influenciou significativamente as propostas curriculares brasileiras, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que reafirmaram o direito de todos à educação de qualidade. Diante deste contexto, a Base Nacional Comum Curricular representa importante marco para o ensino da Língua Portuguesa, ao organizar o componente curricular em torno das práticas de linguagem. A BNCC propõe que o ensino contemple, de maneira articulada, quatro eixos fundamentais: leitura, produção de textos, oralidade e análise linguística/ semiótica. Essa organização rompe com modelos fragmentados de ensino e favorece a construção de competências necessárias à participação dos estudantes em diferentes práticas sociais.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, essa proposta assume relevância ainda maior, pois é nesse período que ocorre a consolidação da alfabetização, o desenvolvimento das habilidades leitoras, o aperfeiçoamento da produção escrita e a ampliação da competência comunicativa das crianças. Dessa forma, o ensino da Língua Portuguesa constitui base para a aprendizagem dos demais componentes curriculares, uma vez que todas as áreas do conhecimento dependem da capacidade de ler, interpretar, comunicar-se e produzir textos.

Sob essa perspectiva, ensinar Língua Portuguesa significa criar oportunidades para que os estudantes utilizem a linguagem em situações reais de comunicação, desenvolvendo competências que ultrapassam o domínio técnico da escrita. Ler, escrever, falar, escutar e interpretar tornam-se práticas integradas, favorecendo a construção de sujeitos críticos, autônomos e capazes de participar ativamente da sociedade.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: PROCESSOS COMPLEMENTARES NA APRENDIZAGEM DA LÍNGUA

Entre os temas mais relevantes para o ensino da Língua Portuguesa destaca-se a compreensão das relações entre alfabetização e letramento. Embora frequentemente utilizados como sinônimos, esses conceitos representam processos distintos, porém profundamente interdependentes.

A alfabetização refere-se à aprendizagem do sistema de escrita alfabética, envolvendo a compreensão das relações entre fonemas e grafemas, o reconhecimento das letras, a construção da consciência fonológica e o domínio progressivo das convenções da escrita. Trata-se de um processo complexo, no qual a criança elabora hipóteses acerca do funcionamento da língua escrita até alcançar níveis mais elaborados de compreensão.

Os estudos de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky demonstraram que a criança não aprende a escrever apenas pela repetição ou memorização. Antes mesmo do ensino formal, ela formula hipóteses sobre a escrita, passando por diferentes níveis de desenvolvimento até compreender o princípio alfabético. Essa descoberta modificou profundamente as práticas pedagógicas voltadas à alfabetização, substituindo métodos exclusivamente mecânicos por propostas que valorizam a construção ativa do conhecimento.

Entretanto, aprender o funcionamento do sistema de escrita não é suficiente para garantir a participação efetiva nas práticas sociais de leitura e escrita. Nesse sentido, Magda Soares introduz o conceito de letramento, compreendido como a capacidade de utilizar a leitura e a escrita em diferentes contextos sociais, atribuindo-lhes sentido e função comunicativa.

Alfabetizar letrando significa proporcionar à criança oportunidades reais de interação com textos que circulam socialmente, como histórias, notícias, cartas, poemas, receitas, bilhetes, reportagens, quadrinhos, propagandas, convites, regulamentos e textos digitais. Dessa forma, a aprendizagem ocorre em situações significativas, aproximando o estudante das múltiplas funções exercidas pela linguagem escrita.

O professor desempenha papel decisivo nesse processo. Cabe-lhe organizar ambientes alfabetizadores ricos em materiais escritos, planejar atividades contextualizadas, incentivar a leitura diária e promover situações nas quais a escrita seja utilizada para resolver problemas reais de comunicação. Assim, a alfabetização deixa de ser mera aprendizagem do código para constituir experiência cultural, social e comunicativa.

O DESENVOLVIMENTO DA LEITURA NOS ANOS INICIAIS

A leitura constitui uma das competências mais importantes desenvolvidas durante os anos iniciais do Ensino Fundamental. Muito além da decodificação de palavras, ler significa construir sentidos, estabelecer relações entre diferentes informações, interpretar intenções comunicativas e posicionar-se criticamente diante dos textos.

A compreensão leitora desenvolve-se gradativamente, exigindo práticas permanentes de mediação realizadas pelo professor. Durante esse processo, os estudantes aprendem a formular hipóteses, realizar inferências, identificar informações explícitas e implícitas, reconhecer diferentes gêneros textuais, analisar recursos linguísticos e compreender os objetivos comunicativos presentes nos textos. Isabel Solé destaca que a leitura envolve estratégias cognitivas antes, durante e após o contato com o texto. Antes da leitura, o leitor ativa conhecimentos prévios e formula expectativas. Durante a leitura, monitora sua compreensão, estabelece relações entre informações e realiza inferências. Após a leitura, sintetiza ideias, interpreta significados e

constrói posicionamentos críticos. Nos anos iniciais, essas estratégias precisam ser ensinadas de maneira sistemática. O professor atua como mediador, conduzindo discussões, propondo perguntas investigativas, incentivando previsões e estimulando diferentes interpretações sobre os textos lidos.

Outro aspecto essencial refere-se à diversidade textual. Quanto maior o contato da criança com diferentes gêneros — contos, poemas, notícias, histórias em quadrinhos, cartas, receitas, textos científicos, verbetes, biografias e textos digitais — maior será seu repertório linguístico e cultural. Essa diversidade favorece a compreensão das múltiplas funções sociais da leitura e amplia significativamente a competência leitora.

A leitura compartilhada, a leitura silenciosa, a leitura em voz alta, os projetos literários, as rodas de conversa e os clubes de leitura representam estratégias capazes de fortalecer o vínculo dos estudantes com os livros. Quando essas práticas fazem parte da rotina escolar, a leitura deixa de ser atividade obrigatória para tornar-se experiência de descoberta, prazer e construção de conhecimento.

Diversas pesquisas evidenciam que estudantes que desenvolvem hábitos permanentes de leitura apresentam melhor desempenho acadêmico em todas as áreas do conhecimento, uma vez que a compreensão textual constitui competência transversal indispensável à aprendizagem da Matemática, das Ciências, da História, da Geografia e das demais disciplinas. Assim, formar leitores competentes representa um dos maiores compromissos da escola contemporânea.

A PRODUÇÃO ESCRITA COMO PRÁTICA SOCIAL

A produção escrita constitui um dos eixos estruturantes do ensino da Língua Portuguesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Entretanto, escrever não significa apenas registrar palavras corretamente ou aplicar regras gramaticais. A escrita representa uma prática social por meio da qual os indivíduos expressam ideias, comunicam sentimentos, registram conhecimentos, defendem opiniões e participam das diferentes situações comunicativas presentes na sociedade.

Durante muitos anos, a produção textual nas escolas esteve associada a atividades mecânicas, caracterizadas pela reprodução de modelos prontos, cópias, preenchimento de lacunas e redações produzidas exclusivamente para avaliação do professor. Essas práticas, além de limitarem a criatividade dos estudantes, pouco contribuíam para o desenvolvimento da competência escritora, pois desconsideravam a função comunicativa dos textos.

As pesquisas desenvolvidas por Delia Lerner, Luiz Antônio Marcuschi e Irandé Antunes demonstram que a escrita deve ser compreendida como atividade de interação social. Nessa perspectiva, produzir um texto significa considerar quem escreve, para quem escreve, com qual finalidade, em qual contexto e utilizando determinado gênero textual. A produção escrita deixa de ser um exercício isolado para tornar-se um processo de construção de sentidos.

Nos anos iniciais, é fundamental que as crianças tenham oportunidades de escrever textos com propósitos reais. Bilhetes, convites, listas, cartas, relatos, histórias, notícias, poemas, receitas, entrevistas, histórias em quadrinhos e pequenos artigos permitem que os estudantes compreendam as diferentes funções exercidas pela escrita na vida cotidiana.

Outro aspecto indispensável refere-se ao processo de elaboração textual. Escrever envolve planejamento, organização das ideias, produção da primeira versão, revisão, reescrita e publicação. A revisão textual, frequentemente negligenciada nas práticas escolares, constitui importante momento de reflexão sobre a linguagem, favorecendo o aperfeiçoamento da escrita e o desenvolvimento da autonomia do estudante.

Nessa perspectiva, o professor assume função de mediador da aprendizagem, orientando os estudantes durante todas as etapas da produção textual. Em vez de limitar-se à correção ortográfica, deve promover situações de diálogo, reflexão e análise que possibilitem aos alunos compreender seus avanços, identificar dificuldades e aprimorar progressivamente suas produções.

A produção escrita também favorece o desenvolvimento da criatividade, da argumentação e da organização do pensamento. Ao produzir textos, a criança aprende a selecionar informações, estabelecer relações lógicas, estruturar argumentos, adequar a linguagem ao contexto comunicativo e expressar suas próprias ideias com clareza e coerência. Dessa forma, escrever torna-se instrumento de aprendizagem, de expressão e de participação social.

A ORALIDADE COMO EIXO FUNDAMENTAL DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

A oralidade ocupa lugar de destaque no ensino da Língua Portuguesa, embora durante muito tempo tenha recebido menor atenção que a leitura e a escrita. Tradicionalmente, acreditava-se que falar era uma habilidade naturalmente desenvolvida pelas crianças e, portanto, não necessitava de ensino sistemático. Entretanto, os estudos contemporâneos demonstram que a competência comunicativa oral também exige planejamento pedagógico e oportunidades permanentes de aprendizagem.

A BNCC reconhece a oralidade como prática de linguagem essencial para a formação dos estudantes, envolvendo situações de escuta, diálogo, exposição oral, argumentação, debates, entrevistas, apresentações, contação de histórias e participação em diferentes eventos comunicativos.

Nos anos iniciais, o desenvolvimento da oralidade contribui significativamente para a ampliação do vocabulário, da organização do pensamento, da construção da autonomia e da convivência democrática. Ao participar de rodas de conversa, debates e apresentações, as crianças aprendem a respeitar diferentes pontos de vista, organizar suas ideias, defender argumentos e desenvolver a escuta atenta.

A oralidade também favorece o fortalecimento das relações sociais estabelecidas no ambiente escolar. Durante as interações, os estudantes aprendem a negociar significados, solucionar conflitos, cooperar em atividades coletivas e construir conhecimentos compartilhados. Sob essa perspectiva, falar e escutar constituem práticas complementares que promovem o desenvolvimento cognitivo e social.

O professor exerce papel fundamental nesse processo ao organizar situações diversificadas de comunicação oral. Seminários, entrevistas, dramatizações, leitura em voz alta, reconto de histórias, júris simulados, podcasts escolares e apresentações culturais representam estratégias capazes de ampliar significativamente a competência oral dos estudantes. Além disso, a oralidade estabelece estreita relação com a leitura e a escrita. Crianças que participam frequentemente de situações de comunicação oral tendem a produzir textos mais organizados, interpretar melhor as informações e desenvolver maior segurança na expressão de suas ideias.

GÊNEROS TEXTUAIS COMO ORGANIZADORES DO ENSINO DA LÍNGUA

Os gêneros textuais constituem importante referência para a organização do ensino da Língua Portuguesa. Conforme os estudos de Marcuschi, os textos produzidos na sociedade apresentam características específicas relacionadas às finalidades comunicativas, aos contextos de circulação e às necessidades dos interlocutores. Assim, ensinar Língua Portuguesa implica proporcionar aos estudantes contato com a diversidade de gêneros presentes na vida social.

Nos anos iniciais, a exploração de diferentes gêneros textuais amplia o repertório linguístico das crianças e favorece a compreensão das múltiplas formas de organização da linguagem. Contos, poemas, cartas, notícias, receitas, verbetes, histórias em quadrinhos, anúncios, reportagens, biografias, regulamentos, entrevistas e textos digitais apresentam estruturas, objetivos e recursos linguísticos próprios, que precisam ser conhecidos pelos estudantes.

Dolz e Schneuwly propõem o trabalho com sequências didáticas como estratégia para o ensino dos gêneros textuais. Essa metodologia organiza atividades de leitura, análise, produção, revisão e reescrita em torno de um gênero específico, permitindo que os estudantes compreendam suas características e desenvolvam competências para utilizá-lo em diferentes situações comunicativas.

O trabalho com gêneros textuais também favorece a interdisciplinaridade. A produção de notícias pode relacionar-se às aulas de Ciências; cartas podem ser utilizadas em projetos de História; receitas podem integrar atividades de Matemática; relatos de experiências podem dialogar com investigações científicas realizadas pela turma. Dessa forma, a linguagem torna-se instrumento para a construção do conhecimento em todas as áreas do currículo.

Outro benefício refere-se ao desenvolvimento da competência discursiva. Ao compreender que diferentes situações exigem diferentes formas de comunicação, os estudantes aprendem a adequar sua linguagem ao contexto, ao interlocutor e aos objetivos comunicativos, tornando-se usuários mais competentes da língua.

Assim, os gêneros textuais constituem importante eixo organizador das práticas pedagógicas em Língua Portuguesa, aproximando a escola das práticas sociais de linguagem e contribuindo para uma aprendizagem mais significativa, contextualizada e integrada à realidade dos estudantes.

A LITERATURA NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA E A FORMAÇÃO DO LEITOR

A literatura ocupa lugar privilegiado no ensino da Língua Portuguesa por constituir importante instrumento para o desenvolvimento das competências linguísticas, da sensibilidade estética, da criatividade e da formação crítica dos estudantes. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o contato permanente com textos literários amplia significativamente o repertório cultural das crianças, fortalece a imaginação e favorece a construção de uma relação afetiva com a leitura.

Entretanto, ainda é comum observar práticas escolares que utilizam a literatura exclusivamente como recurso para ensinar conteúdos gramaticais ou avaliar a compreensão textual. Nesses casos, a obra literária perde seu caráter artístico e passa a desempenhar função meramente utilitária. Tal perspectiva reduz as possibilidades formativas da literatura e limita sua contribuição para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Segundo Antonio Candido, a literatura constitui um direito humano, pois permite ao indivíduo compreender a si mesmo, ao outro e à sociedade por meio das diferentes experiências humanas representadas nas narrativas. Ao entrar em contato com personagens, conflitos, culturas e valores distintos, a criança amplia sua percepção da realidade, desenvolve empatia e fortalece sua capacidade de reflexão.

Regina Zilberman afirma que a literatura infantil representa uma das primeiras formas de inserção da criança no universo da cultura escrita. Por meio das histórias, o estudante desenvolve habilidades de interpretação, amplia o vocabulário, compreende diferentes estruturas narrativas e fortalece progressivamente sua competência leitora. Outro aspecto relevante refere-se ao prazer pela leitura. A formação do leitor

depende diretamente da qualidade das experiências vivenciadas durante a infância. Crianças que têm acesso frequente aos livros, participam de rodas de leitura, projetos literários, dramatizações e momentos de contação de histórias tendem a desenvolver hábitos leitores permanentes.

A mediação do professor desempenha papel decisivo nesse processo. Cabe ao docente selecionar obras literárias de qualidade, organizar ambientes leitores, estimular o diálogo sobre as narrativas e favorecer diferentes interpretações dos textos. O professor leitor inspira novos leitores, demonstrando que a leitura constitui prática prazerosa e significativa.

Além disso, a literatura favorece o desenvolvimento da competência argumentativa. Ao discutir personagens, conflitos, finais alternativos e valores presentes nas narrativas, os estudantes aprendem a justificar opiniões, respeitar diferentes pontos de vista e construir argumentos fundamentados. Então, integrar a literatura ao ensino da Língua Portuguesa significa reconhecer que a aprendizagem da linguagem ultrapassa os aspectos técnicos da alfabetização, constituindo importante instrumento para a formação humana, cultural e cidadã.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM LÍNGUA PORTUGUESA

A avaliação constitui elemento essencial do processo educativo, pois permite acompanhar o desenvolvimento dos estudantes, identificar dificuldades de aprendizagem e orientar as intervenções pedagógicas necessárias. No ensino da Língua Portuguesa, avaliar significa compreender como o aluno utiliza a linguagem nas diferentes práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística, e não apenas verificar a memorização de conteúdos.

As concepções contemporâneas de avaliação defendem uma perspectiva diagnóstica, formativa e contínua. Nessa abordagem, a avaliação deixa de assumir caráter exclusivamente classificatório para tornar-se instrumento de acompanhamento da aprendizagem. O erro passa a ser compreendido como parte do processo de construção do conhecimento, oferecendo ao professor importantes informações sobre as hipóteses elaboradas pelos estudantes.

Nos anos iniciais, a avaliação da alfabetização requer especial atenção. Cada criança apresenta ritmo próprio de aprendizagem, formulando diferentes hipóteses sobre o funcionamento da escrita. O professor deve observar essas hipóteses, registrar avanços, planejar intervenções e propor atividades que favoreçam a evolução dos estudantes em direção ao domínio do sistema alfabético e das práticas sociais de leitura e escrita.

A leitura pode ser avaliada por meio da observação da fluência, da compreensão textual, da capacidade de realizar inferências, da interpretação crítica e da participação em discussões sobre os textos. A escrita, por sua vez, deve considerar aspectos relacionados à coerência, coesão, adequação ao gênero textual, progressão temática, ortografia, pontuação e revisão textual.

A oralidade também deve integrar os processos avaliativos. Participação em debates, apresentações orais, dramatizações, rodas de conversa e seminários fornecem importantes evidências acerca do desenvolvimento da competência comunicativa dos estudantes.

Os portfólios, diários de aprendizagem, registros de observação, rubricas avaliativas e autoavaliações constituem instrumentos que ampliam significativamente a qualidade do acompanhamento pedagógico. Essas estratégias permitem visualizar o percurso de aprendizagem do estudante, valorizando seus avanços e orientando novas intervenções.

Portanto, a avaliação em Língua Portuguesa deve assumir função formativa, contribuindo para que professor e estudante compreendam o processo de aprendizagem como construção contínua, dinâmica e colaborativa.

METODOLOGIAS ATIVAS E TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

As transformações tecnológicas ocorridas nas últimas décadas modificaram profundamente as formas de comunicação, produção e circulação dos textos. Em consequência, o ensino da Língua Portuguesa passou a incorporar novas metodologias capazes de dialogar com os desafios da cultura digital e com as características das novas gerações de estudantes.

As metodologias ativas colocam o aluno como protagonista da aprendizagem, favorecendo a investigação, a resolução de problemas, o trabalho colaborativo e a construção do conhecimento por meio da participação efetiva nas atividades propostas. No ensino da Língua Portuguesa, essas metodologias ampliam as oportunidades de leitura, escrita, oralidade e produção de diferentes gêneros textuais.

Entre as estratégias mais utilizadas destacam-se a aprendizagem baseada em projetos, a aprendizagem baseada em problemas, a sala de aula invertida, a gamificação, as oficinas de produção textual e os projetos interdisciplinares. Essas metodologias favorecem maior envolvimento dos estudantes, tornando as atividades mais significativas e contextualizadas.

O uso das tecnologias digitais amplia ainda mais essas possibilidades. Plataformas educacionais, bibliotecas virtuais, podcasts, blogs, jornais escolares digitais, aplicativos de leitura, ferramentas colaborativas e ambientes virtuais de aprendizagem permitem que os estudantes produzam textos para diferentes públicos e utilizem variadas linguagens na construção do conhecimento.

Nos anos iniciais, é fundamental que essas tecnologias sejam utilizadas de maneira crítica e planejada. O objetivo não consiste em substituir o livro impresso ou as práticas tradicionais de leitura, mas ampliar as possibilidades de aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento dos multiletramentos e da competência digital.

Nesse contexto, destaca-se também o crescente uso da Inteligência Artificial na educação. Ferramentas baseadas em IA podem auxiliar na produção de textos, oferecer feedback imediato, personalizar atividades e ampliar oportunidades de aprendizagem. Contudo, sua utilização exige acompanhamento pedagógico constante, garantindo que a tecnologia complemente, e não substitua, o processo de construção do conhecimento.

Assim, a integração entre metodologias ativas, tecnologias digitais e práticas pedagógicas fundamentadas na interação contribui para tornar o ensino da Língua Portuguesa mais dinâmico, significativo e alinhado às demandas da sociedade contemporânea.

OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Apesar dos avanços observados nas pesquisas educacionais e nas políticas públicas, o ensino da Língua Portuguesa ainda enfrenta inúmeros desafios. Entre eles destacam-se as dificuldades de alfabetização, as desigualdades sociais, a defasagem na aprendizagem, a formação continuada dos professores, a inclusão escolar, a influência das tecnologias digitais e a necessidade de desenvolver competências relacionadas aos multiletramentos.

As avaliações nacionais revelam que parcela significativa dos estudantes conclui os anos iniciais apresentando dificuldades de leitura, compreensão textual e produção escrita. Esses resultados evidenciam a necessidade de fortalecer políticas públicas voltadas à alfabetização, ampliar investimentos na formação docente e garantir melhores condições de trabalho aos professores.

Outro desafio refere-se à diversidade presente nas salas de aula. Crianças com diferentes ritmos de aprendizagem, contextos culturais, condições socioeconômicas e necessidades educacionais específicas exigem práticas pedagógicas inclusivas, flexíveis e capazes de assegurar o direito de aprender a todos os estudantes.

Além disso, a crescente circulação de informações em ambientes digitais exige que a escola desenvolva competências relacionadas à leitura crítica, ao combate à desinformação, à produção ética de conteúdos e ao uso responsável das tecnologias. Ensinar Língua Portuguesa na contemporaneidade significa preparar os estudantes para interpretar textos multimodais, avaliar fontes de informação e comunicar-se de maneira ética em diferentes plataformas.

Diante desse cenário, torna-se evidente que o ensino da Língua Portuguesa deve assumir papel estratégico na formação de cidadãos críticos, autônomos, competentes e capazes de participar ativamente das práticas sociais de linguagem presentes na sociedade do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino da Língua Portuguesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental representa um dos principais pilares da Educação Básica, pois é nesse período que se consolidam competências essenciais para a formação acadêmica, social e cidadã dos estudantes. Ao longo deste estudo, verificou-se que ensinar Língua Portuguesa significa muito mais do que promover a aprendizagem da leitura e da escrita; trata-se de possibilitar o desenvolvimento das múltiplas práticas de linguagem que permitem aos indivíduos compreender, interpretar, produzir e compartilhar conhecimentos em diferentes contextos sociais.

As discussões desenvolvidas evidenciaram que a alfabetização e o letramento constituem processos complementares e indissociáveis. Enquanto a alfabetização possibilita a apropriação do sistema de escrita alfabética, o letramento amplia as oportunidades de participação dos estudantes nas práticas sociais mediadas pela linguagem escrita. Dessa forma, alfabetizar implica formar sujeitos capazes de utilizar a leitura e a escrita como instrumentos de comunicação, aprendizagem, participação social e exercício da cidadania.

Outra questão amplamente discutido refere-se à importância da leitura como prática permanente no cotidiano escolar. A formação de leitores competentes depende da qualidade das experiências proporcionadas pela escola, da diversidade dos gêneros textuais trabalhados, da presença constante da literatura e, sobretudo, da atuação do professor como mediador do processo de aprendizagem. Crianças que vivenciam experiências significativas com os livros desenvolvem maior autonomia intelectual, ampliam seu repertório cultural, fortalecem a imaginação e apresentam melhores condições para compreender criticamente a realidade.

A produção escrita também foi analisada como prática social indispensável à formação dos estudantes. Escrever exige planejamento, reflexão, revisão e adequação às diferentes situações comunicativas. Assim, as práticas pedagógicas devem superar atividades meramente mecânicas, favorecendo a autoria, a criatividade e a construção progressiva da competência escritora.

No que se refere à oralidade, verificou-se que essa dimensão da linguagem necessita ocupar espaço permanente no planejamento pedagógico. Situações de diálogo, debates, apresentações, dramatizações, seminários e rodas de conversa contribuem significativamente para o desenvolvimento da argumentação, da escuta ativa, da organização do pensamento e da convivência democrática entre os estudantes.

As reflexões acerca dos gêneros textuais demonstraram que o ensino contextualizado da língua favorece aprendizagens mais significativas, aproximando a escola das práticas comunicativas vivenciadas na sociedade. Trabalhar diferentes gêneros permite que os estudantes compreendam as múltiplas funções da linguagem e desenvolvam competências para atuar em variados contextos de comunicação.

Também foi relevantemente evidenciado neste estudo refere-se às contribuições das metodologias ativas e das tecnologias digitais para o ensino da Língua Portuguesa. Quando utilizadas de forma planejada e articuladas aos objetivos pedagógicos, essas metodologias ampliam as possibilidades de aprendizagem, promovem maior protagonismo dos estudantes e favorecem o desenvolvimento dos multiletramentos, competência indispensável na sociedade contemporânea.

Entretanto, o estudo também revelou importantes desafios enfrentados pelas escolas brasileiras, entre eles as desigualdades educacionais, as dificuldades de alfabetização, a necessidade de fortalecimento da formação continuada dos professores, a inclusão escolar e a construção de práticas pedagógicas capazes de atender à diversidade presente nas salas de aula. Tais desafios exigem investimentos permanentes em políticas públicas educacionais, melhoria das condições de trabalho docente, ampliação dos recursos pedagógicos e fortalecimento da parceria entre escola, família e comunidade.

As contribuições teóricas de Magda Soares, Emilia Ferreiro, Ana Teberosky, Paulo Freire, Lev Vygotsky, Jean Piaget, Isabel Solé, Delia Lerner, Luiz Antônio Marcuschi, Irandé Antunes, Rildo Cosson, Regina Zilberman, Antônio Candido, Dolz e Schneuwly demonstram que o ensino da Língua Portuguesa deve estar fundamentado em práticas significativas de linguagem, capazes de promover o desenvolvimento integral dos estudantes e prepará-los para atuar de forma crítica e participativa na sociedade.

Conclui-se, portanto, que a qualidade do ensino da Língua Portuguesa nos anos iniciais influencia diretamente toda a trajetória escolar dos estudantes. A consolidação das competências de leitura, escrita, oralidade e análise linguística constitui condição indispensável para o sucesso nas demais áreas do conhecimento, reafirmando o papel estratégico desse componente curricular na formação integral do cidadão.

Diante disso, recomenda-se que futuras pesquisas investiguem os impactos das tecnologias digitais na alfabetização, analisem metodologias inovadoras para o desenvolvimento da competência leitora e escritora e aprofundem estudos sobre práticas inclusivas capazes de garantir a aprendizagem da Língua Portuguesa a todos os estudantes, respeitando suas singularidades, contextos culturais e necessidades educacionais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação.** São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho.** São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil: gostosuras e bobices.** 5. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.** Brasília: MEC, 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura.** In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros: a leitura literária na escola.** São Paulo: Global, 2007.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. **Gêneros orais e escritos na escola.** Campinas: Mercado de Letras, 2004.

FERREIRO, **Emilia**; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler.** 51. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

KLEIMAN, **Angela** B. **Os significados do letramento.** Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LERNER, Delia. **Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PIAGET, Jean. **A psicologia da criança.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

ROJO, **Roxane**. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

VYGOTSKY, Lev **Semionovich**. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, Lev **Semionovich**. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ZABALA, Antoni**. A prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola.** São Paulo: Global, 2003.